
Experiências de Economia Solidária no Território do Sisal-Bahia-Brasil – 1990-2013: ambiguidades e contradições

Solidarity Economy Experiences in the Sisal Territory in Bahia, Brazil – 1990-2013: ambiguities and contradictions

Experiencias de Economía Solidaria en el Territorio de Sisal-Bahía-Brasil – 1990-2013: ambigüedades y contradicciones

Agripino Coêlho Neto¹



<https://orcid.org/0000-0003-3714-510X>

RESUMO: O debate sobre a economia solidária alcançou expressividade nas duas últimas décadas no Brasil, defendido como alternativa ao modo de produção capitalista. Empiricamente, proliferaram organizações e práticas que se assumem como experiências de economia solidária. Este texto se propõe a investigar as estratégias empreendidas por formas organizacionais sindicais, associativas e cooperativas no Território do Sisal (Bahia, Brasil), que se assumem assim - de economia solidária. O artigo está estruturado em quatro seções. Além das considerações introdutórias e considerações finais, o corpo nuclear do trabalho se dedica primeiramente ao debate das tensões teórico-políticas em torno da economia solidária, apoiado em uma revisão de literatura. Em seguida, realiza uma reflexão crítica acerca das ambiguidades e contradições de algumas organizações sociais com importante atuação no Território do Sisal, apoiando-se em uma pesquisa documental, que envolveu a análise de relatórios de atividades, fragmentos de jornais e informativos e informes nos sites de sindicatos, associações e cooperativas; e em pesquisa de campo, acionando depoimentos de representantes de organizações que se reconhecem como de economia solidária, obtidas por meio de entrevistas. Conclusivamente, apontamos como algumas experiências associativistas, cooperativistas e sindicalistas Sisal mudaram seus discursos e práticas, permitindo-nos problematizar sua vinculação com os princípios da economia solidária.

PALAVRAS-CHAVES: Economia solidária; Associativismo; Cooperativismo; Sindicalismo rural; Território do Sisal.

ABSTRACT: *The debate on solidarity economy reached expressive peaks in the last two decades in Brazil, defended as an alternative to the capitalist mode of production. Empirically, organizations and practices that are related to solidarity economy have grown rapidly. This article aims to investigate strategies undertaken by unions, associative and cooperative organizations located in the Sisal territory in the state of Bahia, Brazil, which describe themselves as solidarity economy initiatives. The article is structured in four sections. In addition to the introductory and final considerations, the main part of the work is first, devoted to the debate of theoretical and political tensions surrounding solidarity economy, supported by a literature review. Then, it criticizes the ambiguities and contradictions of a few social organizations that play important roles in the Sisal territory based on a*

¹ Doutor em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

documentary research, which involved the analysis of annual reports, newspaper fragments and online information found on the unions, associations and cooperatives' websites; and in field research, through interviews and statements from representatives of solidarity economy organizations. Conclusively, we point out how some union, associative and cooperatives experiences in the Sisal territory have changed their discourses and practices, allowing those organizations to problematize their links with principles of solidarity economy.

KEYWORDS: *Solidarity economy; Associativism; Cooperativism; Rural syndicalism; Sisal territory.*

RESUMEN: *El debate sobre la economía solidaria alcanzó expresividad en las dos últimas décadas en Brasil, siendo planteado como alternativa al modo de producción capitalista. Empíricamente, proliferan organizaciones y prácticas que se asumen como experiencias de economía solidaria. Este texto se propone investigar las estrategias emprendidas por formas organizacionales sindicales, asociativas y cooperativas en el Territorio de Sisal (Bahía, Brasil), que se asumen como experiencias de economía solidaria. El artículo está estructurado en cuatro secciones. Además de las consideraciones introductorias y finales, el cuerpo central del trabajo se dedica primeramente al debate de las tensiones teórico-políticas en torno de la economía solidaria, con apoyo en una revisión de la literatura. Seguidamente, se realiza una reflexión crítica acerca de las ambigüedades y contradicciones de algunas organizaciones sociales con importante actuación en el Territorio de Sisal, apoyándose en una investigación documental que comprendió el análisis de los informes de actividades, fragmentos de periódicos e informativos, reseñas de los sitios pertenecientes a sindicatos, asociaciones y cooperativas, así como en el trabajo de campo, por medio de testimonios obtenidos en entrevistas a representantes de organizaciones que se reconocen como de economía solidaria. A modo de conclusión, señalamos cómo algunas experiencias asociativas, cooperativistas y sindicalistas en el Territorio de Sisal modificaron sus discursos y prácticas, permitiéndonos problematizar su vinculación con los principios de la economía solidaria.*

PALABRAS-CLAVE: *Economía solidaria; Asociativismo; Cooperativismo; Sindicalismo rural; Territorio de Sisal.*

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A partir dos anos 1990, algumas experiências de associativismo e cooperativismo no Brasil têm sido denominadas de economia solidária. Os teóricos da economia solidária, a exemplo de Singer (2002), consideram-na, inclusive, como um modo de produção que se diferencia da clássica economia capitalista.

A literatura reconhece uma origem comum às formas organizacionais sindicais, associativas e cooperativas, cujas ideias e práticas floresceram na Europa Ocidental (mais precisamente na Inglaterra e França) no século XVIII, sendo consideradas como respostas do movimento operário às condições de exploração do trabalho perpetrado pelo capitalismo industrial (ARROYO; SCHUCH, 2006; COSTA, 2007; SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; SINGER, 2002).

Divergindo dos defensores da economia solidária, autores como Vainer (1999), Rios (2007) e Bursztyn (2008) formulam uma crítica que atinge os pressupostos e as práticas da economia solidária, questionando seus fundamentos basilares e as formas como foram implantadas no Brasil.

Nesse sentido, este trabalho pretende investigar as práticas e estratégias empreendidas por formas organizacionais sindicais, associativas e cooperativas no Território do Sisal (Bahia, Brasil), que se assumem como experiências de economia solidária, buscando identificar e analisar suas ambiguidades e contradições.

A construção do texto se apoia em dois procedimentos: (i) revisão de literatura, centrada na discussão da economia solidária; e (ii) pesquisa documental, envolvendo a análise de relatórios de atividades, fragmentos de jornais, informativos impressos e informes nos sites de sindicatos, associações e cooperativas. Delimitamos como recorte temporal, para efeito de levantamento de dados secundários, o período compreendido entre 1995 e 2012, quando se observa de modo bem marcado as mudanças de orientação das mais proeminentes organizações sociais do Território do Sisal.

O artigo está estruturado em quatro seções. Além das usuais considerações introdutórias e considerações finais, o corpo nuclear do trabalho se dedica primeiramente ao debate das tensões teórico-políticas em torno da economia solidária. Em seguida, busca-se refletir sobre as ambiguidades e contradições das formas organizacionais de economia solidária no Território do Sisal, Bahia, Brasil.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: TENSÕES TEÓRICO-POLÍTICAS

Santos (2002, p. 33) anuncia os dois postulados que sustentam o associativismo, advogando que o pensamento associativista e a prática cooperativista podem ser considerados uma alternativa ao individualismo liberal e ao socialismo centralizado:

Como teoria social, o associativismo é baseado em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização política pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil.

Rocha (2002) reforça esse entendimento, argumentando que os princípios da solidariedade e da democracia, basilares do cooperativismo popular, podem ser interpretados como uma opção ao paradigma neoliberal. Neste sentido, entende-se que a expansão do cooperativismo popular, assentado nos princípios da economia solidária, seja uma alternativa da organização do trabalho às ofensivas das políticas neoliberais aprofundadas na América Latina, durante a década de 1990.

Singer (2002, p. 10), um expoente do pensamento sobre a economia solidária no Brasil, propõe, com certo exagero, considerá-la outro modo de produção, distinto do capitalismo, defendendo a propriedade coletiva em oposição à propriedade privada, fundamento central deste último modo de produção.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.

Singer (2002, p. 114) se ampara na existência de duas lógicas distintas que presidem o funcionamento dos dois modos de produção, pois, enquanto a economia solidária se baseia no princípio da cooperação, a economia capitalista tem como princípio a competição. Para o autor, a economia solidária consiste em uma alternativa superior ao capitalismo, preconizando sua potencialidade para responder “[...] à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar”.

A solidariedade como valor e como princípio é um pressuposto basilar para as práticas de economia solidária, segundo a literatura, pois, para Gaiger (2003, p. 36), as experiências associativas e cooperativas pressupõem uma solidariedade popular, indicando um ideário que acompanha “[...] um número crescente de empreendimentos econômicos que são levados à frente por trabalhadores que tiveram sua forma de subsistência desestruturada pelo atual sistema neoliberal [...]”. Essas manifestações ganham forma através de “[...] associações informais, cooperativas e pequenas empresas” (GAIGER, 2003, p. 37).

O avanço das ideias de economia solidária no Brasil tem repercutido na formulação de políticas, programas e ações no âmbito do Estado, das universidades, dos sindicatos, das igrejas e de organizações não governamentais. O fragmento do texto das Resoluções do VII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), reproduzido a seguir, é um indicativo desse processo.

A ação sindical deve atuar na construção de um novo cooperativismo popular, como alternativa ao falso cooperativismo e à precarização do trabalho. A criação da Agência de Desenvolvimento Solidário, pela CUT Nacional, em parceria com outros atores sociais, é um passo importante. Os objetivos dessa agência são a **geração de novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário** e a contribuição à construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável; o **fomento aos valores da solidariedade na sociedade; democratizar o acesso dos trabalhadores ao crédito**; proporcionar a formação de agentes de desenvolvimento solidário; **apoiar a criação e a viabilização de empreendimentos solidários**; construir alternativas de comercialização; ampliar o acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas, legislação e mercado; e proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias. (JESUS, 2010, p. 7, grifo nosso).

Organizações da sociedade civil têm aderido à ideia de economia solidária, incorporando-a em suas diretrizes, seus discursos, seus projetos e suas ações. O tema foi

pauta do primeiro Fórum Social Mundial, realizado em 2001, repercutindo na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Rede Brasileira de Socioeconômica Solidária, envolvendo a participação de vários agentes sociais, a exemplo de “[...] empreendimentos solidários, incubadoras, entidades de assessoria e gestores públicos afinados com os princípios da economia solidária, que, ao mesmo tempo conecta várias experiências de referência nacional” (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 37).

Um termômetro que permite avaliar o alcance das ideias da economia solidária no contexto brasileiro é a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no primeiro Governo Lula, ano de 2003. Segundo Arroyo e Schuch (2006), esta iniciativa do governo dá uma dimensão do espaço estratégico que a economia solidária poderá ocupar na construção do novo modelo de desenvolvimento do Brasil.

O cooperativismo foi aceito de forma bastante generalizada, sendo absorvido por movimentos sociais com forte protagonismo na dinâmica do campo brasileiro, cujo projeto político-ideológico propugna a necessidade de ruptura com a lógica de funcionamento do modo capitalista de produção. Segundo Ferreira (2000), o Movimento dos Sem Terra (MST) tem promovido a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, conformando outra modalidade de economia solidária no Brasil. Para realizar esse intento, foi criada em 1989 e 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) (FERREIRA, 2000), tendo sido elaborada, inclusive, uma cartilha em que são apresentadas as diretrizes políticas e técnicas para a implantação de cooperativas nos assentamentos rurais.

Entretanto, nem todos os discursos invocam uma defesa aberta e incontestável da economia solidária. Em franca dissonância com os argumentos arrolados pelos autores que a defendem, às vezes, ardorosamente, há pontos de vista discrepantes que procuram problematizar não apenas seus fundamentos, mas questionar as práticas concretas de associativismo e de cooperativismo – formas terminais de economia solidária no Brasil.

Uma primeira crítica, elaborada por Vainer (1999), se concentra no plano semântico, afirmando que o termo economia solidária por si só constitui um oxímoro, pois é construído pela combinação de duas palavras que apresentam sentidos opostos e que se excluem mutuamente. Trata-se, portanto, de um paradoxo, uma vez que a solidariedade não é componente constituinte da natureza da economia.

A interpretação de Vainer (1999) atinge pontos essenciais da argumentação dos defensores da economia solidária. Este autor não considera a economia solidária uma ameaça ao capitalismo, mas a interpreta como uma solução possível para o enfrentamento do problema do desemprego, acentuado com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. O fenômeno da expansão das experiências cooperativistas, mesmo aquelas consideradas de natureza “popular solidária”, é interpretado pelo autor como um ingrediente

do mecanismo de terceirização que compõe as estratégias de reprodução do capital num contexto de acumulação flexível.

Assim, o cooperativismo praticado como mecanismo de flexibilização da produção pode ser concebido como uma estratégia de reprodução do capital pela adoção de relações sociais de produção (de trabalho) não tipicamente capitalistas, mas perfeitamente inseridas e integradas ao esquema de acumulação do capital.

O fenômeno do cooperativismo é impulsionado no Brasil pela ação do Estado, especialmente durante o governo de Getúlio Vargas, como mecanismo de enfrentamento dos desdobramentos da crise mundial do capitalismo da década de 1930 (BURSZTYN, 2008; RIOS, 2007). Estes autores consideram que o incentivo ao cooperativismo exerceu papel fundamental na legitimação do Estado capitalista e na promoção de seu projeto modernizante. Para Rios (2007, p. 27), o cooperativismo foi promovido pelas elites e exerceu o papel de controle social.

Segundo Bursztyn (2008, p. 78), o cooperativismo foi utilizado “[...] como instrumento de fomento à modernização capitalista da agricultura”, operando “[...] como uma forma de reprodução do capital, como uma fórmula adotada para buscar a secularização do caráter capitalista do Estado” (BURSZTYN, 2008, p. 76-77). Para o autor, o cooperativismo se apresenta de forma ambígua no Brasil, pois adota “[...] princípios ‘socializantes’ empregados para implantar objetivos capitalizantes”, buscando transformar agricultores camponeses em empresários. Para o autor, outra característica marcante da política de incentivo ao cooperativismo no Brasil foi o mascaramento das contradições sociais, pois tentou agrupar na mesma cooperativa e na mesma condição de associado, “[...] explorados e exploradores, grandes proprietários e pequenos produtores sem terra” (BURSZTYN, 2008, p. 78).

Na mesma obra, o autor questiona um dos princípios da economia solidária, especificamente a natureza democratizante da autogestão, componente central nos argumentos de Singer (2002). Para Bursztyn (2008, p. 86), essa apropriação da gestão da cooperativa engendra uma concentração de recursos nas mãos de um pequeno grupo, a quem denomina de “cooperocratas”, que se tornam os “patrões” e passam a exercer um efetivo e forte controle na organização, como se fossem seus proprietários.

Rios (1979, p. 127-128) realizou um estudo sobre as cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro, demonstrando como as relações sociais de poder vigentes na sociedade nordestina se reproduziam internamente nas cooperativas, pois “[...] o tipo de liderança mais comumente encontrado à frente das cooperativas pesquisadas era idêntico ao tipo de liderança dominante no nível municipal”.

O autor constatou a existência do “dono da cooperativa”, ou seja, a figura “[...] que é identificada como se fora proprietária da sociedade cooperativa, única a definir a política da

mesma, manter contatos com os bancos e órgãos de assistência técnica, enfim, a clássica figura insubstituível” (RIOS, 2007, p. 53). Deste modo, verifica-se a reprodução das relações sociais desiguais no âmbito da cooperativa, levando a uma situação polarizada no que se refere à condição dos associados: de um lado, “[...] um contingente reduzido de ‘patrões’ das cooperativas e [de outro] um grande número de ‘empregados”” (BURSZTYN, 2008, p. 81).

No que concerne ao conteúdo da modernização capitalista, Bursztyn (2008, p. 81) considera que as cooperativas têm assumido crescentemente uma configuração de empresa, sendo “[...] orientadas para o lucro e dominadas em seu interior por um grupo administrativo”, reproduzindo, assim, comportamentos muito próprios do ambiente empresarial. O autor destaca um movimento de criação de uma mentalidade capitalista, viabilizada pela legislação e por uma educação doutrinária cooperativista patrocinada pelo Estado.

Esses apontamentos informam que o debate sobre a economia solidária está imerso em grandes controvérsias teórico-políticas. A avaliação das experiências de cooperativismo, de associativismo e de sindicalismo brasileiras expõe suas ambiguidades e contradições, que podem ser constatadas nas práticas das organizações sociais no âmbito do Território do Sisal.

AMBIGUIDADES E CONTRADIÇÕES DAS FORMAS ORGANIZACIONAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO DO SISAL

O Território do Sisal (Figura 1) é o contexto regional que se localiza na porção nordeste da Bahia. Trata-se da regionalização adotada pelo governo da Bahia a partir de 2007, inspirada na implantação dos Territórios Rurais no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2005.

Segundo Coelho Neto (2021), este contexto regional se mostra emblemático pelas condições estruturais e pela particularidade histórica que se forjou, envolvendo a persistência de condicionantes naturais (ocorrência de secas periódicas), precariedade das condições socioeconômicas e conservadorismo político (coronelismo e patrimonialismo), cuja história brasileira nos informou a produção dos processos de cooptação e clientelismo político, passividade e conformismo social. No entanto, verifica-se um processo de “mobilização e organização da sociedade civil, com a formação de complexas e diversificadas redes de cooperação que se articulam nas escalas local, regional, nacional e global, produtoras de protagonismo dos agentes territoriais na condução de seus interesses” (COELHO NETO, 2021, p. 18).

Associativismo e o caso da APAEB

Alguns estudos (NASCIMENTO, 2000; SANTOS, 2002) mostraram o caráter pioneiro e o papel nuclear exercido pela APAEB nas transformações espaciais, políticas, econômicas e sociais, que se desdobraram no Espaço Sisaleiro da Bahia nas últimas décadas. Entretanto, interpretamos que a história da APAEB pode ser dividida em duas fases distintas, em que a configuração, o perfil e as diretrizes organizacionais, além do conjunto de suas ações, informam uma mudança vertiginosa de sua natureza, transmutando-se de uma associação comunitária para uma grande empresa.

Em sua primeira década de existência, anos 1980, a APAEB funcionava como uma organização que articulava agricultores camponeses na escala regional, centrada no atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência. A associação tinha uma atuação política com orientação mais emancipatória, participando da densificação do movimento sindical e da luta pelo controle dos sindicatos de trabalhadores rurais, controlados pelos chefes políticos locais. A entidade emprestava apoio direto a vários movimentos sociais deflagrados na Bahia e cumpriu relevante papel na reestruturação das relações de poder no Território do Sisal (COELHO NETO 2010, 2013c, 2021).

No entanto, a partir da década de 1990, a associação deflagra um processo de municipalização, emergindo daí APAEBs em alguns municípios do estado da Bahia, entre elas a APAEB-Valente. Esta última implantou um processo de profissionalização/burocratização de sua administração, incorporando e adotando de modo crescente uma série de estratégias empresariais que a distanciaram da originária Associação de Pequenos Produtores do Estado da Bahia (sigla original da APAEB), aproximando-a de uma empresa que opera em conformidade com a dinâmica do modo capitalista de produção. A seguir focalizaremos algumas estratégias adotadas pela organização que corroboram esse argumento.

A primeira investida da APAEB-Valente na direção de uma empresa capitalista foi a diversificação de suas atividades e de seus negócios, conforme fica explicitado no conjunto de fragmentos reunidos a seguir:

O processo de beneficiamento do sisal demonstrou que novo passo precisaria ser dado, o da industrialização. [...] com investimentos da ordem de US\$ 2,5 milhões, sendo 75% provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil, 20% do DISOP (instituição Belga) e 5% próprios, concluímos a primeira etapa do projeto que deverá entrar em funcionamento no mês de março [1996] [...]. Já **estamos estudando a implementação da segunda etapa do projeto.** [...] **estamos contando com assessoramento e consultorias externas para assegurar a produção dentro dos padrões do mercado internacional** (APAEB, 1996, p. 23, grifo nosso).

Com a implantação de nossa indústria e a exigência por fibra de melhor qualidade, o beneficiamento se tornou mais lento; por outro lado, **aumenta a cada dia o número de produtores que preferem comercializar com a APAEB**. Assim, **já não era possível com a nossa bateadeira comunitária beneficiar toda essa fibra que recebia**. Como existem no município muitas bateadeiras particulares desativadas, **resolvemos fazer um acordo com duas delas e terceirizar parte dos serviços** (APAEB, 1998, p. 39, grifo nosso).

Outra atividade nova [...] para nós que acreditamos no sisal e caprinocultura como as bases da economia da nossa região [...]. Pretendemos fazer uma nova indústria, gerando muitos empregos, através da fabricação de sapatos, bolsas, carteiras e todo tipo de utilidades de couro (APAEB, 2001, p. 15, grifo nosso).

E **“Seguindo a mesma lógica** de valorização da caprinocultura **construímos um laticínio**, que vai beneficiar o leite caprino, que será vendido em estado natural e em forma de doce e iogurte” (APAEB, 2001, p. 15, grifo nosso). Os fragmentos retirados de diversos relatórios de atividades permitem percorrer o processo de expansão das atividades da APAEB-Valente durante a década de 1990, com a implantação de unidades fabris em distintos ramos (indústrias de carpetes, laticínio e curtume) e com a terceirização de bateadeiras (a bateadeira comunitária de outrora já não atende ao novo perfil), enfim, com a incorporação das exigências de produtividade e competitividade que o funcionamento do mercado impõe.

A APAEB-Valente assume abertamente um discurso muito utilizado pelas empresas para justificar os incentivos públicos que auferem, ou seja, a de promotora do desenvolvimento (no seu caso, qualificado como desenvolvimento regional) em decorrência da geração de empregos e oportunidades que proporciona:

A Bateadeira da APAEB emprega 31 homens e 14 mulheres. Porém 16% da produção beneficiada veio de outras duas bateadeiras particulares, que prestaram serviço à associação. Estas empregam mais 65 pessoas. **No total, as três bateadeiras têm 110 empregados, sendo 64 homens e 46 mulheres** (APAEB, 2005, p. 18, grifo nosso).

As vendas no mercado interno, no entanto subiram, garantindo um certo equilíbrio. Tanto que o **número de empregos cresceu e a fábrica chegou a 602 funcionários**. **Com recursos do Banco do Nordeste, foi dado início à construção de um novo galpão, para instalação de máquinas que permitirão ampliar a produção**. Foi dada continuidade ao processo de implantação do sistema de gestão pela qualidade, com base nos critérios do Programa de Qualidade Bahia (APAEB, 2005, p. 17, grifo nosso).

Todavia, o novo perfil assumido pela APAEB-Valente lhe impõe um artil e expõe uma contradição fundamental: a associação comunitária que nasce para defender os interesses dos pequenos agricultores passa a explorar a força de trabalho camponesa, seja de forma

direta, pela relação de assalariamento em suas unidades fabris, seja indiretamente, pelas precárias relações (e condições) de trabalho tradicionalmente reproduzidas nos campos de sisal. Mesmo praticando salários acima das demais indústrias de Sisal, como mostrou Santos (2002), entendemos que se trata de um clássico mecanismo de exploração capitalista, valendo-se da condição de trabalhadores rurais sem-terra, destituídos dos meios de produção de sua sobrevivência.

Outra estratégia consiste no desenvolvimento de uma série de projetos complementares, implantados, predominantemente, com recursos oriundos de organizações não governamentais nacionais e estrangeiras (sobretudo de matriz religiosa), e também através de recursos governamentais. Alguns desses projetos estão voltados “[...] para capacitação dos pequenos agricultores para manipulação de técnicas e métodos de produção adaptados ao semi-árido”, ofertando apoio “[...] técnico e creditício para reestruturação da propriedade e para diversificação de culturas [...]” (SANTOS, 2002, p. 43). O fragmento a seguir sintetiza essa empreitada:

Com o Fundo Rotativo e o Programa de Convivência com a Seca, a APAEB motiva e auxilia no desenvolvimento da criação de caprinos, indo além por acreditar que não é só suficiente incentivar a produção, mas também encontrar meios para que esses produtores não fiquem à mercê do mercado e dos atravessadores: É preciso garantir valor adequado e mercado aos caprinocultores para que eles possam, efetivamente, produzir. Por isso, a APAEB implantou um pequeno curtume e um laticínio (SANTOS, 2002, p. 44, grifo nosso).

Através de projetos dessa natureza, a APAEB incentiva a produção do sisal e a introdução de criatórios de caprinos para produção de couro e de leite. No entanto, trata-se de uma atividade ambígua, pois, se de um lado, ela contribui para geração de emprego e renda para os camponeses, valorizando os produtos regionais e estimulando o dinamismo econômico local/regional, conforme defendeu Santos (2002), por outro, consiste em uma inteligente estratégia de assegurar a reprodução de condições específicas da produção camponesa, garantindo o fornecimento de matéria-prima para alimentar a fábrica de carpetes, o laticínio e o curtume. Essa é uma estratégia espacial geralmente acionada por grandes corporações capitalistas, que Corrêa (1992) denominou de “reprodução da região produtora”, analisando o caso da Souza Cruz.

Uma estratégia adotada mais recentemente pela APAEB é a criação da Fundação APAEB para responder por seus projetos sociais, promovendo desse modo, a separação entre o plano econômico (gestado pela associação) e o plano social (de responsabilidade da Fundação), como esclarece o texto a seguir:

Em 2005, a APAEB começou a dividir a administração de suas ações. Criaram-se a Gerência de Projetos Produtivos [...] e o setor de Projetos Sociais. Os resultados positivos da experiência trouxeram o desejo de aprofundar esse modelo. **Decidiu-se pela criação de uma Fundação para assumir a gestão dos projetos e atividades sociais da APAEB. [...] A Associação APAEB seguiu ativa por meio de seus projetos econômicos.** A Fundação APAEB assumiu os projetos sociais (APAEB, 2010, p. 6, grifo nosso).

Essa é uma estratégia organizacional largamente acionada por grandes corporações capitalistas, que, com esse expediente, obtêm um duplo ganho: (i) auferem benefícios em sua contribuição/obrigação tributária e (ii) vendem a imagem de uma empresa com responsabilidade social, usando a fundação como marketing social.

A posição de grande empresa do ramo do sisal parece ser assumida no bojo de um discurso ambíguo, integrado também por uma autodenominação de empreendimento solidário de pequenos agricultores.

Cooperativismo e o caso do SICOOB-Coopere

Essa condição ambígua que expõe uma posição conflituosa entre os princípios solidários e a competitividade do mercado capitalista parece ser um dilema fundamental na identidade de outra importante organização sisaleira: a Cooperativa Valentense de Crédito Rural (SICOOB COOPERE). Os fragmentos a seguir, retirados de um informativo da cooperativa de crédito, exemplificam o teor da tensão político-ideológica:

O Sicoob também vem investindo em tecnologia para ajudar na gestão e no processo de tomada de decisões. Deste modo, aumenta a segurança, **agilizam-se as decisões e criam-se condições para que a cooperativa possa competir no mercado**, oferecendo sempre os menores juros possíveis nos empréstimos e pagar taxas maiores nos investimentos dos cooperados. [...]. Em **meio a um mundo capitalista** que induz ao consumo inconsequente e à lei do mais forte, **temos que agir de maneira profissional, ao mesmo tempo** em que buscamos o ideal de continuar a servir de modelo para mostrar que pode-se e **deve-se orientar os negócios de forma solidária e coletiva** (SICOOB COOPERE, 2011a, p. 2, grifo nosso).

O texto de Magalhães e Abramovay (2007), tratando da “formação de um mercado de microfinanças no Sertão da Bahia”, focalizando principalmente o caso da SICOOB Coopere, expõe essa contradição, que parece estruturante no funcionamento do cooperativismo popular brasileiro. Em contraposição à nossa interpretação, os mencionados autores consideram que a experiência de cooperativismo de crédito, praticada no Espaço Sisaleiro da Bahia, consegue resolver a difícil equação que envolve a aliança entre a racionalidade econômica típica da competitividade do mercado capitalista e os princípios democráticos e

solidarísticos do cooperativismo, carregando em si o germe do compromisso com um projeto social. Segundo os autores, no caso em tela, a influência basilar da Teologia da Libertação teria possibilitado a “[...] formação de uma nova visão de mundo, de uma nova racionalidade econômica e novas instituições” (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p. 109).

No entanto, à semelhança de sua “genitora” APAEB-Valente, a SICOOB Coopere vem investindo em uma forte política de expansão de seus negócios, reproduzindo um comportamento análogo àquele que Bursztyn (2008) identificou como uma tendência das cooperativistas brasileiras, apontando na direção da criação de uma mentalidade capitalista, ou seja, apresentando uma vocação expansionista marcada por um crescimento horizontal e vertical. O caráter empresarial assumido pela cooperativa pode ser comprovado no conjunto de fragmentos reproduzidos a seguir, retirados de seus relatórios de atividades e de seus boletins informativos:

[a] **Em 1994, tínhamos 340 associados.** Estes acreditaram no crescimento da cooperativa e **em 2000, já contávamos com 2.344. Houve um grande salto entre 2001 e 2003, quando o número de sócios passou de 3.450 para 7.313.** Esse crescimento se deve a abertura de novos pontos de atendimento cooperativo (SICOOB COOPERE, 2004, p. 19, grifo nosso).

[b] O SICOOB Central reconheceu também o nosso trabalho, ao determinar uma **expansão da área de atuação do Sicoob-Coopere. Passamos de 22 para 32 municípios**, localizados em diferentes Territórios de Cidadania, de acordo com a classificação adotada pelo governo. [...]. Uma **nova agência começou a funcionar** em local provisório, **em Euclides da Cunha**, com a parceria da Câmara de Dirigentes Lojistas. Logo os cooperados contarão com instalações modernas no prédio que está em reforma. **O próximo município a ser atendido será Tucano e outros devem ser incorporados aos planos de expansão ainda em 2010** (SICOOB COOPERE, 2009, p. 4, grifo nosso).

[c] **O SICOOB está lançando sua corretora de seguros e para isso vem capacitando colaboradores de várias cooperativas do sistema na Bahia.** Entre os dias 23 e 25 de fevereiro, o SICOOB-Coopere enviou cinco representantes até a sede do SICOOB Central Bahia, em Salvador, onde ocorreu o treinamento. [...]. No evento foi enfocada a **alavancagem dos negócios por meio da venda de produtos e melhoria no atendimento aos cooperados** (SICOOB COOPERE, 2011a, p. 3, grifo nosso).

[d] **Os cartões Sicoobcard atingiram faturamento recorde no mês de agosto, chegando a R\$ 1 bilhão em volume de compras [...]. Além do aumento do número de associados usuários dos cartões Sicoobcard, o faturamento recorde reflete o crescimento das transações dos associados que já utilizavam o produto** (SICOOB COOPERE, 2011b, p. 3, grifo nosso).

O conteúdo de seus documentos permite constatar três grandes movimentos tipicamente identificados com o comportamento padrão do “mundo empresarial”. Primeiro, uma busca intensiva por novos cooperados (não seriam clientes?), cujos números de

crescimento são impressionantes: havia 340 filiados em 1994, que passaram a 7.313 em 2003, atingindo 13.667 no ano de 2010 (SICOOB COOPERE, 2010). O crescimento do volume de associados/clientes parece ser uma meta central (de certo modo obsessiva) para a cooperativa quando avaliamos o estabelecimento das metas nos relatórios anuais de atividade. O fragmento a seguir sintetiza o que estamos nos referindo:

Aos 18 anos muita gente já parou de crescer. No campo das pessoas jurídicas (empresas, organizações sociais e instituições em geral) grande parte não chega nesta idade. **O SICOOB Coopere chegou forte e continua a crescer [...]. O crescimento é o ideal de toda pessoa e organização [...] é um objetivo que sempre deve ser buscado.** Quem não cresce fica estagnado e acaba retrocedendo (SICOOB COOPERE, 2010, p. 3, grifo nosso).

Para atrair novos cooperados, a SICOOB Coopere empreende outra estratégia, isto é, a ampliação e a diversificação da oferta de seus produtos e serviços. Os fragmentos de textos “c” e “d” reproduzidos acima informam a incorporação de um novo negócio, uma corretora de seguros, destacando também o êxito financeiro do serviço de cartão de crédito, atividades típicas do atual padrão de acumulação do capital financeiro. Numa breve avaliação do portfólio de serviços e produtos oferecidos pelas cooperativas de crédito, mesmo aquelas que se autodenominam ou são reconhecidas como “populares”, constata-se que essas organizações têm assumido, de modo crescente, um perfil muito próximo ao de um banco comercial e que seus cooperados são tratados como clientes que passam a comprar e a pagar pelos produtos e serviços prestados.

O terceiro movimento desenvolvido pela SICOOB COOPERE, expresso no fragmento “b”, explica que os resultados econômicos positivos experimentados pela cooperativa de crédito foram motivadores da autorização para que a cooperativa pudesse operar em novos municípios. Trata-se de um processo de expansão geográfica de sua área de atuação, cujo comportamento provoca competição territorial com outras cooperativas de crédito de menor porte, que operam no Espaço Sisaleiro da Bahia, sediadas nas cidades de Euclides da Cunha e Tucano.

O sindicalismo rural e o caso da FATRES

Para analisar as contradições do sindicalismo rural no Território do Sisal, focalizaremos o caso da Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (FATRES) e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios sisaleiros.

Como ponto de partida, não se pode ignorar a importância política exercida pelo movimento sindical na democratização da sociedade brasileira, fazendo oposição aos governos conservadores/autoritários, no processo de ativação e mobilização de frações significativas da classe trabalhadora, na construção e consolidação de partidos e lideranças políticas da esquerda brasileira, enfim, na contestação da exploração do trabalho operado pelas relações de produção capitalistas.

No Território do Sisal, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais estiveram, em suas origens, vinculados e controlados pelos chefes políticos locais, integrando o esquema de dominação política que Coelho Neto (2010, 2013c) denominou de permanências. Nesse contexto, a luta empreendida pelo controle dos sindicatos rurais foi fundamental na formação de lideranças dos trabalhadores, na ativação e criação de outras organizações sociais e na conformação da teia social, resultando num movimento de contraposição ao domínio das lideranças políticas tradicionais e na reestruturação das relações de poder (COELHO NETO, 2013c, 2021).

No recorte espacial deste estudo, a FATRES se tornou a principal organização sindical, constituindo-se em porta-voz dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), e uma das principais protagonistas na gestação (e gestão) do conselho territorial que respondeu pelo funcionamento da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Rural no Território do Sisal (COELHO NETO, 2013b, 2021). No entanto, na última década, suas ações têm priorizado a elaboração e a aprovação de projetos, buscando a obtenção de recursos públicos, predominantemente, centrando suas energias na oferta de assistência técnica e na operacionalização de programas governamentais. Essa perspectiva fica evidenciada no próprio texto institucional disponível no site dessa entidade sindical:

A proposta política fundamental da entidade de estar ao lado dos agricultores familiares se transformou aos poucos, passando da dimensão exclusivamente de mobilização e articulação política, para contribuir com a melhor qualificação política dos representantes rurais numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável nos âmbitos local e regional do semiárido baiano. Neste sentido, o salto foi dado no que diz respeito às estratégias implementadas. O conteúdo das ações desenvolvidas, também, percorreu outros rumos. Dessa forma a FATRES tem priorizado conteúdos formativos como políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar, cooperativismo e associativismo, formação sindical, formação de conselheiros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), enquanto forma estratégica de organização dos produtores para acesso ao crédito e ao mercado [o acesso à terra não aparece], planejamento estratégico e gestão institucional, alternativas de Assessoria Técnica Social, Cultural e Ambiental (ATES) e captação, armazenamento e gestão de recursos hídricos adequados e viáveis à convivência no e com o semiárido, bem como o incentivo a experiências geradoras de trabalho e renda (FATRES, [2013], grifo nosso).

A Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (**FATRES**) torna público o **Edital para a seleção de Técnicos/as em Agropecuária ou Técnicos/as Agrícolas, visando o preenchimento de 11 (onze vagas) para Projeto Sertão Produtivo**. A contratação será pelo período de 12 meses, regime de CLT, por tempo determinado. A remuneração bruta mensal será de R\$ 1.200,00 (FATRES, [2013], grifo nosso).

O conteúdo dos fragmentos deixa explícita a mudança de perfil da FATRES que, simultaneamente, enfraquece sua atuação de natureza mobilizatória e contestatória, ao mesmo tempo em que fortalece suas relações de proximidade com os governos estadual e federal (em troca do acesso aos recursos oferecidos pelas políticas públicas) e sua adesão aos mecanismos de mercado, recentemente formulados pelo modelo de agricultura familiar do Governo Fernando Henrique Cardoso e aprofundado no Governo Lula, que tem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) um exemplo ilustrativo.

A atuação crítica, problematizadora e de oposição, cedeu “lugar” ao consentimento, para uma adesão acrítica e interessada, em troca dos cargos ocupados pelas lideranças sociais, em grande medida membros do partido, e pela possibilidade de acessar recursos públicos quase indisponíveis em outros contextos históricos.

Para Dagnino (2004b, p. 99), esse processo de inflexão nas relações entre o Estado e determinados setores da sociedade civil foi iniciado na década de 1990 em um contexto de efetivação de um projeto participativo democratizante, sendo caracterizado pela substituição do “[...] confronto aberto da década anterior por uma aposta na possibilidade de uma atuação mais conjunta com o Estado”.

No bojo do projeto democratizante, foram construídos “espaços” de participação da sociedade civil, estimulando a inserção institucional dos movimentos sociais e de outras variadas modalidades de organizações sociais. Todavia, a natureza/qualidade dessa participação foi bastante questionada por algumas análises em decorrência de sua superficialidade, tendo ficado limitadas a assumir “[...] funções e responsabilidades restritas à implementação e execução de políticas públicas, provendo serviços antes considerados como deveres do Estado, do que compartilhar o poder de decisão quanto à formulação de políticas públicas” (DAGNINO, 2004b, p. 102). Esta conclusão permite pensar sobre o novo papel que a FATRES tem desempenhado no contexto de implantação e funcionamento da Política de Desenvolvimento Territorial Rural do MDA, sobretudo se considerarmos sua posição de protagonismo na gestão do conselho territorial.

O movimento democratizante ativou e produziu densidade organizacional no chamado terceiro setor, criando a “onda” da participação social, da cidadania, do voluntariado, da sociedade civil organizada e propositiva. Em um texto instigante, Dagnino (2004a) apresenta

uma leitura crítica do contexto brasileiro de construção democrática, identificando uma confluência perversa, na qual dois projetos políticos distintos que, mesmo apontando para direções antagônicas, exigem uma sociedade civil ativa e se apropriam de referências aparentemente comuns, como os conceitos de participação, de sociedade civil, de cidadania e de democracia.

De um lado, um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas (DAGNINO 2004b, p. 141).

De outro lado, com a eleição de Collor em 1989 e como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington (DAGNINO, 2004b, p. 142).

Acsehrad (2002) aponta os limites e as contradições que envolvem esse cenário democratizante que se materializou com a criação e intensificação dos “mecanismos participativos”. Segundo o autor, o fim do regime militar teria produzido expectativas no sentido da ampliação do envolvimento da sociedade no debate político, nas dinâmicas decisórias e na repartição dos recursos de poder. No entanto, Segundo o autor, na mesma obra, esse redesenho das relações entre Estado e sociedade civil se configura naquilo que Rancière denominou de uma pós-democracia consensual, “[...] caracterizado pelo encobrimento dos litígios, pelo ‘desaparecimento da política’ e pela designação de certos segmentos sociais como aptos à negociação com o Estado na nova condição de ‘parceiros’” (ACSELRAD, 2002, p. 38).

Mas não se pode perder de vista que alguns sujeitos sociais, individuais e coletivos, sabem perfeitamente em que direção estão se movendo, cujo comportamento consiste no aproveitamento das oportunidades colocadas, empreendendo ações que podem sinalizar a construção de novas (contra) hegemonias. Não por acaso, é bastante comum (e esta evidência não é uma exclusividade do Território do Sisal) uma excessiva concentração e durabilidade das lideranças nos cargos diretivos das associações, cooperativas e sindicatos rurais. Teixeira (2001, p. 182) reconhece os riscos e as ambiguidades desse processo num fragmento que sintetiza nossas impressões e preocupações:

O processo vivido em Valente demonstra a ambiguidade do papel político da sociedade civil na tentativa de mudar as relações com o poder público. Experiências de organizações econômicas de caráter democratizante podem ser revertidas pela adoção de métodos centralizadores,

incorporando as práticas comuns às estruturas tradicionais, assumindo a lógica econômica de mercado e coabitando, no plano político, com os grupos dominantes na busca de hegemonia para realizar um projeto modernizador que se pretende de recuperação da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões críticas sobre os casos de associativismo, cooperativismo e sindicalismo focalizados no presente texto não negam o papel histórico que a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB-Valente), a Cooperativa Valentense de Crédito Rural (SICCOB-Coopere) e a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (FATRES) desempenharam no contexto do Território do Sisal, mobilizando e articulando agricultores camponeses, apoiando e incentivando a criação de outras organizações da sociedade civil e promovendo mudanças sociais e políticas, como atestaram numerosos trabalhos, a exemplo de Silva *et al.* (1993), Nascimento (2000), Santos (2002), Berenguer (2006) e Coelho Neto (2010, 2013c, 2013a).

No entanto, o esforço de crítica empreendido neste artigo se dedicou a mostrar como essas importantes organizações mudaram de direção, assumindo novas perspectivas e desenvolvendo práticas que se distanciam do que se concebe como economia solidária. Os dados e discussões que empreendemos deixam nítidas as ambiguidades e as contradições dos discursos e das práticas dessas organizações.

Considerando o conjunto de discussões levantadas neste texto, além das análises das experiências concretas arroladas, deixamos algumas questões para reflexão, sobre as quais devem se ocupar tanto o pensamento crítico quanto as organizações sociais: como enfrentar os dilemas colocados pela tensão entre as exigências da modernização capitalista da agricultura e as lutas emancipatórias dos movimentos sociais do campo, expresso pelas contradições entre a reciprocidade camponesa e a lógica da troca mercantil? Como se mover frente aos desafios apresentados pelo contexto ambíguo e escorregadio construído no âmbito do projeto modernizante, escapando das armadilhas que se constituem na possibilidade de reforçar o projeto (neoliberal) que lhe é antagônico? O que há de particular nas experiências de economia solidária que lhes permite não apenas diferir, mas confrontar a economia capitalista?

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Território e poder: a política das escalas. *In*: FICHER, Tania. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

APAEB - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SISAL. **Relatório anual 1995**. Valente: Apaeb, 1996.

APAEB - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SISAL. **Relatório anual 1997**. Valente: Apaeb, 1998.

APAEB - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SISAL. **Relatório anual 2000**. Valente: Apaeb, 2001.

APAEB - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SISAL. **Relatório anual 2004**. Valente: Apaeb, 2005.

APAEB - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SISAL. **Relatório anual 2009**. Valente: Apaeb, 2010.

ARROYO, João Cláudio, SCHUCH, Flávio. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BERENQUER, Maria Olívia. **As implicações do microcrédito para o desenvolvimento local e regional**: os exemplos do SICOOB coopere e do Banco da Mulher como alternativas para geração de emprego e renda. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2006.

BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

COELHO NETO, Agripino Souza. Emergência e atuação das redes de coletivos sociais organizados no território do sisal. *In*: COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Edinusia Moreira; SILVA, Onildo Araujo da. **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS, 2010. p. 305-346.

COELHO NETO, Agripino Souza. As estratégias-rede cooperativistas no Espaço Sisaleiro da Bahia. **Bahia - Análise & Dados**, Salvador, n. 23, p. 247-262, 2013a.

COELHO NETO, Agripino Souza. Política de desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites da concepção de ruralidade e de territórios rurais. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 152-169, 2013b.

COELHO NETO, Agripino Souza. Redes sociais e territorialidade no semi-árido brasileiro. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, p. 1-18, 2011.

COELHO NETO, Agripino Souza. **A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013c.

COELHO NETO, Agripino Souza. **A Geograficidade das ações coletivas**: rede, políticas de escala e territorialidade. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

CORREIA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 115-121, 1992.

COSTA, Luciano de Souza. O cooperativismo: uma reflexão teórica. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 6, n. 11, p. 55-64, 2007.

DAGNINO, Eveline. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p.139-164, 2004a.

DAGNINO, Eveline. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *In*: MATO, Daniel. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004b. p. 95-110.

FATRES - FUNDAÇÃO DE APOIO AOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DO SISAL E SEMIÁRIDO DA BAHIA. **Notícias**. [2013].

Disponível em: http://www.fatres.org/page_8.html. Acesso em: 24 jan. 2013.

FERREIRA, Elenar. A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. In: Singer e Souza (org.). **Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 87-98.

GAIGER, Luiz. **A economia Solidária frente a novos horizontes**. São Leopoldo: Unissinos, 2003.

JESUS, Selma. Cooperativismo e sindicalismo: o caso da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT. In: SEMINÁRIO POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA, 3., 2010, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2010. p. 1-12.

MAGALHÃES, Reginaldo; ABRAMOVAY, Ricardo. A formação de um mercado de microfinanças no Sertão da Bahia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 107-119, 2007.

NASCIMENTO, Humberto. Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano: a experiência de organização dos pequenos produtores de Valente. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

RIOS, Gilvandro Sá Leitão. **Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

RIOS, Gilvandro Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ROCHA, Marcelo. Associativismo e participação: alternativas populares para fazer frente ao modelo neoliberal. In: Tercer CONGRESO INTERNACIONAL DE LATINOAMERICANISTAS EN EUROPA, 3., 2002, Amsterdam. **Anais [...]**. Amsterdam: CEDLA, 2002. p. 1-8.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 21-60.

SANTOS, Edinusia. **Reorganização espacial e desenvolvimento da região sisaleira da Bahia**: o papel da associação dos pequenos agricultores do município de Valente. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

SICOOB COOPERE. **Relatório anual 2003**. Valente: Sicoob-Coopere, 2004.

SICOOB COOPERE. **Relatório anual 2008**. Valente: Sicoob-Coopere, 2009.

SICOOB COOPERE. **Relatório anual 2009**. Valente: Sicoob-Coopere, 2010.

SICOOB COOPERE. **Boletim informativo**. Valente: Sicoob-Coopere, n. 27, abr. 2011a.

SICOOB COOPERE. **Boletim informativo**. Valente: Sicoob-Coopere, n. 30, nov. 2011b.

SILVA, Álvaro *et al.* **APAEB: uma história de fibra, luta e subsistência**. Valente: APAEB, 1993.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.

VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate**. São Paulo: Unirtrabalho, 1999. p. 37-62.

Recebido: dezembro de 2022.

Aceito: fevereiro de 2023.